

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO

DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

ISABEL DOS ANJOS LEANDRO

As Guerras silenciosas na contemporaneidade

São Paulo – SP

2026

ISABEL DOS ANJOS LEANDRO

As Guerras silenciosas na contemporaneidade

Relatório de pós-doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), realizado entre junho de 2023 e fevereiro de 2026.

Supervisor: Prof. Dr. Héctor Luís Saint-Pierre.

São Paulo – SP

2026

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	03
1.1	Supervisão do estágio pós-doutoral.....	04
1.2	Guerras silenciosas: um conceito catalizador	05
1.3	A trincheira da resistência	11
1.4	As faces da guerra silenciosa: perfil da população em situação de extermínio ..	13
1.5	Aspectos metodologicos	21
2	PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA.....	23
2.1	Entre as assombrações do passado e as sementes do futuro: notas sobre a defesa do Sul Global	25
2.2	A força do direito: as lutas sociais de ontem e hoje.....	26
2.3	O papel do Estado nas Políticas Sociais: a quem se faz viver ou deixa morrer?.....	28
2.4	A Guerra Silenciosa e as interfaces da interseccionalidade na contemporaneidade	29
2.5	Em fase de publicação	30
3	ATIVIDADES ACADÊMICAS REALIZADAS.....	32
3.1	Participação em Congressos e Seminários	32
3.2	Participação em atividades afins	36
4	RELATO FINAL.....	37
	REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

Conforme definido no projeto do Estágio Pós-Doutoral o objetivo geral dessa investigação foi analisar as Guerras Silenciosas enquanto acumulação do capital na contemporaneidade. Para tal, foram identificados e percorremos três objetivos específicos: 1) Analisar as categorias de gênero e raça como constituintes delimitadoras da ameaça das Guerras Silenciosas na contemporaneidade; 2) Analisar os mecanismos de predição implantados pelas *maquinas de visão* na seletividade dos alvos de poder ameaçador; 3) Analisar o extermínio de populações étnico-raciais por meio seletividade do Estado em deixar viver ou fazer morrer grupos étnicos raciais.

Em cumprimento as diretrizes do Estágio, esse relatório tem como objetivo principal apresentar as principais publicações e atividades desenvolvidas sob a supervisão do professor Dr. Hector Luís Saint-Pierre e os resultados obtidos durante essa oportuna pesquisa. Essa investigação foi de suma importância para o aprimoramento dos meus conhecimentos e a aquisição de novos saberes. Foi singular a maneira que o desenvolvimento dessa investigação, a partir do conceito central, *Guerras Silenciosas*, possibilitou ressignificar importantes conceitos conjugados com a prática Política e Social dos atores sociais envolvidos na dinâmica do capitalismo via recorte étnico- racial.

Organizamos o relatório em cinco sessões acompanhadas dos respectivos conteúdos. Na primeira sessão – *Guerras Silenciosas: um conceito catalisador*, retomados a argumentação acerca das Guerras Silenciosas com o problema norteador da pesquisa: Como as guerras silenciosas têm se perpetuado na sociedade brasileira em termos de raça e cor? Quais têm sido as estratégias de resistência contra a Guerras Silenciosas? Para o desenvolvimento da pesquisa duas dimensões foram cruciais: (i) a confirmação das faces dessa Guerras Silenciosas: perfil da população em situação de extermínio; (ii) A trincheira da resistência e as estratégias de sobrevivências. Essas duas dimensões compõem uma subdivisão interna da segunda parte do relatório, enfatizando que elas foram fundamentais nas publicações decorrentes dessa pesquisa. Ainda nessa sessão estão descritos os aspectos metodológicos: o problema investigativo; as hipóteses e uma síntese da metodologia.

Na segunda sessão consta para efeitos de registro uma brevíssima síntese da supervisão realizada durante o Estágio Pós Doutoral. A terceira sessão é composta pelas publicações ensejadas pelo Estágio divididas em três grupos: (i) publicações concluídas; (ii) publicações em fase de aprovação; (iii) apresentação em Congressos. Anterior a comprovação das publicações,

foram mencionadas a relevância e a justificativa para a pesquisa. Já na quarta sessão constam registros das atividades afins relacionadas a temática. A quinta sessão traz as considerações finais sobre o Estágio.

Reitero os meus sinceros agradecimentos a Universidade Estadual Paulista (Unesp), ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas e ao Grupo de Estudo de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). De modo muito especial e fraterno ao Professor Doutor Hector Luís Saint-Pierre por todo empenho, competência, paciência, compromisso e assertividade com que conduziu esse processo.

1.1 Supervisão do estágio pós- doutoral

Durante o período do Estágio Pós-Doutoral foram realizados diversos encontros presenciais e virtuais de supervisão com o professor e coordenador do GEDES Dr. Hector Luís Saint-Pierre. A periodicidade dos momentos de supervisão foi pactuada entre as partes de acordo com a demanda da pesquisa. Dentre os principais assuntos abordados destacam-se:

- A complexidade do conceito de raça à luz das teorias elencadas;
- O aprofundamento teórico acerca das principais correntes sobre a tecnologia;
- A importância do recorte temático;
- A elaboração dos artigos/capítulos;
- O perfil da escrita;
- A atualização teórica e metodológica sobre o tema;
- A relação com o objeto de pesquisa e a experiência profissional.

Além das profícuas orientações teóricas e metodológicas acerca das publicações, também, foram abordadas, reiterada vezes a importância de estabelecer diálogos acadêmicos nos principais Congressos, Seminários e Simpósios. Durante o período do Estágio dediquei a discussão em outros espaços de produção de saberes populares tais como Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre “A Abolição Inacabada e a promoção da Igualdade Racial”; cursos de curta duração em duzentos e vinte e quatro municípios envolvendo oito polos regionais de Minas Gerais; subsídio ao Coletivo Nacional de Combate ao Racismo, dentre outros.

Posteriormente às orientações foram realizadas as consequentes alterações, aprofundamentos e revisões necessárias. Cabe destacar que as publicações dos capítulos foram desenvolvidas em Universidade distintas: UNESP, USP e UFMG com o objetivo de disseminar os espaços de circulação do conceito. A versão final de todas as ações foi pautada nessas orientações e as lacunas e fragilidades próprias de quem faz esse estágio são de minha inteira responsabilidade. Em suma, as atividades do Estágio foram compostas pela primazia das orientações e elaboração de publicações e as demais atividades da atuação profissional (acadêmica e política) que estão descritas na sessão IV.

1.2 Guerras silenciosas: um conceito catalizador

O conceito de Guerras Silenciosas, elaborado pelo supervisor professor Héctor Luís Saint-Pierre, constitui um conceito catalisador para a análise da complexidade dos temas contemporâneos. A temática da guerra enquanto objeto de investigações científicas caracteriza-se pela contribuição de diversas áreas do conhecimento. Para analisar esse fenômeno na contemporaneidade adotamos o conceito de guerras silenciosas. Com as suas especificidades e desafios históricos, a sociedade brasileira é profundamente marcada pela seletividade daqueles que se faz viver ou deixa morrer que mantem um contingente populacional excluído dos direitos básicos. Para grande parcela da sociedade brasileira a garantia de condições dignas ainda é uma realidade distante. A presente discussão inseriu-se na lógica da acumulação de capital, por isso, abordamos o paradoxo do capitalismo e a naturalização dessa guerra a partir da seguinte hipótese norteadora: nas guerras silenciosas da sociedade brasileira é possível identificar a população negra, formada pelas categorias autodeclaradas pardas e pretas, em situação histórica de extermínio pela fome e desproteção social.

A Guerra, enquanto tema de estudo, não configura uma novidade nas Ciências Sociais, tampouco seu intrínseco relacionamento com as mudanças sociais, tecnológicas, políticas e culturais. Num sobrevoo dos acontecimentos históricos é possível perceber as transformações provocadas pelas guerras. As investigações acerca da guerra recebem aportes desde diferentes ambientes epistêmicos, como da Filosofia, da Psicologia, da Economia, da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política entre outras. Senão vejamos a assertiva sobre a guerra *como tema filosófico*:

Quando estudamos a história da humanidade, logo percebemos que ela é uma sequência quase ininterruptas de guerras. A guerra é o primeiro fenômeno humano e o mais referido pela historiografia. O rótulo de ‘paz’ é dado equivocadamente às efêmeras tréguas que acontecem como *lapses históricos*” (Saint-Pierre, 2000, p.19).

A guerra está continuamente presente na história da humanidade. Todavia, as alterações próprias da produção capitalista demandam novas discussões acerca desse fenômeno na contemporaneidade. Conforme Alliez e Lazarrato, a guerra se manifesta em novas formas e, portanto, obriga a esforços analíticos para compreendê-la em suas múltiplas e complexas dimensões. Para estes autores, “a guerra, a moeda e o Estado são as formas constitutivas ou constituintes, ou seja, ontológicas do capitalismo” (Alliez; Lazarrato, 2021, p. 06). Nos termos dos autores observa-se a insuficiência da crítica à economia política, uma vez que “a economia não substitui a guerra, apenas a prolonga por outros meios, que passam necessariamente pelo Estado: a regulação da moeda e o monopólio legítimo da força, na guerra interna e externa” (, Alliez; Lazarrato, 2021, p. 07).

Conforme enfatizado por Saint Pierre é imprescindível compreender as guerras a partir das novas formas sutis de emprego da violência e de suas consequências, especialmente, para países da América Latina. Em suas palavras:

Há uma guerra mais silenciosa. É uma guerra de gênero, de raça, de classe, mas silenciosa. Morrem onze pessoas de fome por minuto no mundo. Isso significa mais de 5,7 milhões de mortos de fome por ano no mundo. Isso não é acidental, não são consequências colaterais indesejadas: isso é parte do sistema, é o que permite que o sistema continue se alimentando e acumulando. É produto de uma guerra surda, não-sangrenta, sem cheiro de pólvora – mas com uma quantidade extraordinária de vítimas (Saint-Pierre, 2021, p. 11)

Essa concepção das guerras também foi abordada por Achille Mbembe na definição de necropolítica. A partir das contribuições de Michel Foucault, o filósofo e historiador camaronês afirma que na contemporaneidade as formas de acumulação do capital sobrepõem a qualquer outra lógica de organização política, econômica, social e/ou cultural. Portanto, a discussão acerca das formas da violência e suas manifestações bélicas na atualidade passa pela compreensão da lógica de acumulação capitalista. Esse modelo apresenta, peculiarmente, a característica de “modo de produção na exata medida que é o modelo de destruição [...]. É também a civilização graças a qual o trabalho, a ciência e a técnica criaram – outro privilégio (absoluto) na história humana – a possibilidade da aniquilação (absoluta) de todas as espécies e do planeta que as abriga” (Alliez; Lazarrato, 2021, p. 15).

O capitalismo enquanto modo de produção e destruição engendra novas formas de aniquilação. A literatura multidisciplinar acerca da guerra mostra as diversas transformações ocorridas, todavia, a partir da análise da acumulação primitiva do capital é possível observar a perpetuação e aprofundamento das “guerras silenciosas” que com formas sutis e despidas de espetacularidade descartam grupos sociais. Essas guerras possuem critérios seletivos explícitos de aniquilação, principalmente, em países de dependência periférica como o Brasil, confirmando os argumentos foucaultianos de que a aniquilação se destina a populações selecionadas e discriminadas.

De acordo Foucault o conceito de populações é próprio da modernidade. Ao analisar a expansão demográfica europeia (século XVIII) ele identifica nas profundas transformações ocorridas no período a causa de mudanças significativas nas relações políticas e sociais, alterando os conceitos de soberania, disciplina e governo. “O descobrimento da população é, ao mesmo tempo que o descobrimento do indivíduo e do corpo adestrável, o outro grande núcleo tecnológico em torno do qual os procedimentos políticos do ocidente se transformaram” (Foucault, 2006, p. 193). Como tentaremos mostrar, o fenômeno da população, enquanto potência do soberano, adentra na abordagem acerca da biopolítica.

Anteriormente Foucault tinha identificado a importância da disciplina como característica da violência ordenadora da sociedade. As técnicas políticas da disciplina incidem sobre os corpos individuais, ou seja, a tecnologia política do corpo. Por sua vez a biopolítica constitui a técnica política do governo das populações. Segundo Edgardo Castro o conceito “comporta dois elementos: por um lado, a relação número de habitantes/território; por outro, as relações de coexistência que se estabelecem entre os indivíduos que habitam um mesmo território (taxas de crescimento, de mortalidade) e suas condições de existência” (CASTRO, 2016, p. 336). O conceito de “governo das populações” contribui de forma significativa na compreensão da violência desatada nas guerras silenciosas da contemporaneidade.

Com efeito, desde que as populações são resultado de um recorte seletivo da sociedade, ela se transforma em instrumento do exercício do poder, nas palavras de Foucault, “a população aparece, pois, mais que como a potência do soberano, como o fim e o instrumento do governo” (Foucault, 2008 p. 652). Para Mbembe “a expressão última da soberania reside amplamente no poder e na capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Fazer viver ou deixar morrer. [...] Soberania que defino como o direito de matar” (Mbembe, 2006, p.21 [tradução da autora]). O governo das populações traz em sua gênese a capacidade de selecionar, o poder

discrecional de discriminar, nos termos de Mbembe, a possibilidade de distribuir a população em grupos e posteriormente em oposições.

A regulação das mortes na economia de biopoder incide sobre determinadas raças numa combinação do arquétipo que combina o Estado racista, o Estado letal e o Estado suicida. Na conotação da aniquilação e da destruição do outro está embutido o processo da sua desumanização. Essa é uma característica significativa da acumulação produtiva. A desumanização consiste no processo de desconstrução do outro na sua humanidade. Não se trata apenas da transformação do outro em mercadoria, mas da criação de outra subjetividade: a expropriação ao extremo e o descarte dos inadaptados.

Em outras palavras a acumulação do capital insere uma lógica distinta na gestão do direito de viver e de morrer das populações, ou seja, as raças são variáveis decisivas nas relações de poder e, principalmente, no direito de deixar viver ou deixar morrer. As principais formas de aniquilação são por causas aparentemente naturais (doenças, violências e contingências) ou causas necessárias como uso da força física para eliminar o sujeito criminoso/perigoso para a sociedade. Essas formas de aniquilação por causas aparentemente naturais, principalmente nos países periféricos, estão diretamente relacionadas a atuação do Estado, seja pela ação ou pela omissão. A acumulação produtiva tem alterado todas as relações de poder, as instituições e os instrumentos de exercício de poder, inclusive o próprio Estado cujo poder se exerce na forma de necropolítica.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2005) é fundamental observar a centralidade do conceito de território para as análises contemporâneas. A partir das releituras das diversas concepções de espaços e suas respectivas limitações Fernandes apresenta três dimensões para definição do espaço:

O espaço é parte da realidade, portanto, **multidimensional**. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como **composicionalidade**, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. O espaço é uma **completitude**, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, **o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia.** [...] O espaço é multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação (Fernandes, 2005, p.26, grifo nosso)

Essa caracterização do espaço permite aprofundar o conceito de território enquanto um espaço socioespacial específico. Para a finalidade da nossa reflexão interessa destacar que o território é o “espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder [...] concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo

tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades” (Fernandes, 2005, p. 27). Nesse sentido cabe ressaltar que o território se compõe da materialidade do espaço geográfico e da imaterialidade (relações sociais, relações de poder, conflitos, cultura), nos termos de Fernandes, a espacialidade e a espacialização. O território constitui uma dimensão fundamental no estudo do capitalismo, principalmente, pela centralidade na definição do Estado na contemporaneidade.

A partir da releitura de “território” contida no conceito weberiano de Estado, reiteramos que o modo de produção capitalista provocou mudanças significadas nas estruturas de poder, principalmente na caracterização conceitual do território na definição do Estado. Na contemporaneidade o território também se define pela linguagem e as relações políticas, econômicas, culturais, sociais e ambientais. Portanto, o espaço geográfico encontra-se perpassado por múltiplas dimensões. O conceito apresentado por Fernandes não trata de um território bidimensional, geograficamente definido de forma plana, mas de um território socioespacial constituído por múltiplas dimensões que se modificam e identificam mutuamente. Essa simbiose das características subjetivas, simbólicas, materiais e geográficas da territorialidade são condizentes e facilitadoras das formas de aniquilação contemporânea.

Dentre as formas discricionária de aniquilação seletiva contemporânea destaca-se a vigilância permanente. Diferentemente da forma descrita anteriormente – causas aparentes (violências, doenças, acidentes e desastres) a vigilância permanente caracteriza-se pela utilização constante do duplo serviço da tecnologia: informar e modular a percepção. A aceleração constante do desenvolvimento da tecnologia na contemporaneidade amplia de forma singular e neuronal a vigilância sobre os sujeitos livres (Byung-Chul Han 2017). O acesso a rede de telefonia, o uso da internet, a massificação das redes sociais e popularização de aparelhos celulares são alguns dos exemplos da expansão dos mecanismos de vigilância da sociedade atual.

Na sociedade disciplinar que analisa Foucault os dispositivos de vigilância estavam focados nos corpos. Foucault analisa no processo disciplinar a importância dos equipamentos e da própria forma de atuação sobre os corpos, isto é, o objetivo procurado pelo controle social são corpos dóceis, disciplinados, aptos. Vigiar e punir marca profundamente as definições e o lócus da disciplina moderna. A partir do estudo da disciplina e posteriormente da população Foucault adverte para o surgimento de mecanismos que permitem ampliar o controle dos corpos e mentes. Para Byung-Chul Han (2017), Foucault não chegou a perceber uma mudança sociológica na qual o sistema de vigilância é introjetado e já não é o corpo, mas a mente que se

autovigília. O sentido de estar vigiado é condição de possibilidade da existência dos sujeitos na contemporaneidade. A existência está condicionada pelos mecanismos de vigilância, sejam aqueles que visam garantir a segurança física ou aqueles que promovem a interação social.

Esse controle sobre as populações se estabelece de forma sutil em todos e cada um dos sujeitos, sendo o próprio sujeito a fonte de informação. Observa-se que nesse contexto a “máquina de visão” (Virilio, 2002) torna-se mediadora, criadora e alimentadora da vigilância. Recordando a análise de Paul Virilio e Walter Benjamin, Eduardo Barros Mariutti (2020) destaca que a partir da década de 1970 houve mudanças significativas na deshumanização da percepção:

a combinação sinérgica entre os transportes, a informática e as novas tecnologias da informação desaguaram na automação da percepção. Máquinas acopladas a sistemas inteligentes de processamento de dados que comandam uma ampla e variada gama de sensores adquiriram a capacidade de interpretar o significado dos acontecimentos sem a interferência humana e, o que é ainda mais significativo, com uma escala, profundidade e velocidade que ultrapassa a nossa capacidade de cognição (Mariutti, 2020. p. 83)

Nos termos de Mariutti (2020b) houve, a partir da década de década de 1970, a aceleração e a intensificação do “capitalismo em escala mundial, permitindo ao capital acessar a dimensão informacional da realidade e submetê-la a um processo de valorização capaz de explorar as suas virtualidades” (Mariutti, 2020b, p. 01). Essa virada cibernética aprofunda as chaves de análise sobre o capitalismo, principalmente, pelo novo elemento característico da elevada instrumentalização a partir do século XX. Isto é,

tudo o que existe ou existiu é concebido como matéria prima a ser processada por uma tecnologia que lhe agrega valor e que, portanto, possibilita ao capital – amparado no novo regime jurídico produzido no entrecruzamento das relações transnacionais e interestatais – combinar a exploração da força de trabalho com o monopólio e instrumentalização das informações capazes de reprogramar a natureza e a vida humana (Mariutti, 2020b, p.05)

Neste sentido, as guerras silenciosas, enquanto parte do processo de acumulação do capital, explicitam as consequências dessas mudanças. A instrumentalização das informações possibilita a discriminação e o aprofundamento da aniquilação de populações descartáveis. Cabe destacar que a sofisticação da *máquina de visão* permite apurar e depurar de forma extraordinária os alvos de extermínios, ampliando a precisão de quem o Estado deixa viver ou faz morrer de forma silenciosa e aparentemente natural ou inevitável.

1.3 A trincheira da resistência

Em todo o processo de desenvolvimento do capitalismo são identificadas frentes prioritárias de combate onde a guerra aplica seletivamente a violência. Segundo Mbembe a escravidão é uma das primeiras manifestações da experiência biopolítica. O processo de escravização apresentou diferentes fases e contextos próprios. No processo de subjetivação deparamos com características distintas ao longo do tempo. No entanto, na atualidade os negros e mulheres são grupos que, pelas suas características genotípicas, são facilmente discriminados pelas “maquinas de visão” como descartáveis à lógica de acumulação do capital, aprofundando trincheiras das frentes recriadas pela guerra silenciosa. Na atualidade desse processo para os países periféricos, as principais frentes de aniquilação das guerras silenciosas são as populações negras, mulheres e interseccionalidade dessas categorias (mulheres negras).

A escravidão no continente americano teve uma característica extremamente diferenciada pelo o aspecto étnico racial que assumiu. Diferentemente de outros locais e épocas, a escravidão moderna tem como base os aspectos étnicos raciais para a dominação dos corpos e sua inserção na lógica de acumulação do capital. O processo de colonização das Américas, independente do colonizador, submeteu à condição de escravo as populações originárias e posteriormente populações sequestradas e trazidas contra sua vontade e em condições infra-humanas de transporte para serem vendidos como mercancia. No Brasil a população originária (indígena) foi submetida à escravização de forma avassaladora, levando a morte de mais de 60 mil indígenas em um ano.¹ Durante os três séculos de escravidão mais de 5 milhões de africanos/as foram trazidos para o Brasil. O tráfico de homens e mulheres submetidos a escravidão foi um dos empreendimentos mais rentáveis na economia moderna.

A abolição foi proclamada oficialmente no país em 13 de maio de 1888 por meio da Lei Aurea. Ao contrário dos homens, as mulheres e crianças escravizados foram abandonados à própria sorte, isto é, largados ao abandono e a marginalização. O fim da escravidão não foi acompanhado pela inserção desses grupos libertos na estrutura social e foram mantidos na marginalidade social. Para Florestan Fernandes “essas facetas da situação humana do antigo agente do trabalho escravo imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel” (Fernandes, 1978, p. 29). Nesse momento de transição e profundas mudanças na estrutura

¹ De acordo com os estudos as mortes da população indígena foram em decorrência de doenças ocasionadas pela chegada dos europeus (sarampo, gripe, varíola) e do próprio contato com o homem branco.

produtiva brasileira os negros experimentaram o abandono continuado e a marginalização do sistema produtivo. Ainda nos termos de Florestam Fernandes

a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e se transformar para corresponder aos novos padrões e ideias de ser humano criado pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. (Fernandes, 1978, p. 35)

A disparidade entre a escravização e a abolição possibilitou condições ainda mais favoráveis à exclusão e posteriormente à exploração da mão de obra negra. Fernandes observa, para o caso de São Paulo, que “o que há de essencial, para análise da posição do negro e do mulato na ordem social emergente é que eles foram excluídos como categoria social das tendências modernas e de expansão do capitalismo” (Fernandes, 1978, p. 72). Considerando o longo período da abolição e os desdobramentos da inclusão dos negros na estrutura produtiva é necessário observar que as consequências da escravização não estão restritas a esse período, com efeito, “a escravidão não nasceu do racismo, foi o racismo que nasceu da escravidão” (Alliez; Lazarrato, 2021, p. 39).

Consideramos que as consequências do processo de escravização, principalmente o racismo, podem ser apropriadas como chaves interpretativa da acumulação do capital. Defendemos que as consequências da escravização não se encerraram com a abolição e e/ou desenvolvimento de políticas emancipatórias de promoção da igualdade racial. Trata-se de uma complexidade de relações em que os negros são frentes prioritárias de manutenção das guerras silenciosas, sendo fundamental compreendê-la a luz da dinâmica do capitalismo.

O capitalismo enquanto modo de produção (econômica, social e cultural),

fornece o entrecruzamento de todas as funções que posteriormente serão desenvolvidas pela guerra: introdução de dispositivos disciplinares, racionalização e aceleração da produção, criando assim o território de experimentação e aperfeiçoamento de novas tecnologias, da gestão biopolítica e da força produtiva. Mas a guerra tem, principalmente, um papel importante na governamentalidade dos múltiplos modos de produção, das formações sociais e dos dispositivos de poder que coexistem no capitalismo em escala mundial. Ela não se limita a prolongar no plano estratégico, a política externa dos Estados, mas contribui, ainda, para produzir e manter juntos os diferenciais que definem as **divisões do trabalho, dos sexos e das raças, sem os aqui o capitalismo não poderia se alimentar das desigualdades que ele desencadeia** (Alliez; Lazarrato, 2021, p. 40, grifo nosso).

Nesse sentido, a violência das guerras silenciosas, provocadas e mantidas pelo capitalismo, apresentam frentes prioritárias: as populações negra, mulheres e a interseccionalidade dessas categorias sociais que são amplamente utilizadas para a manutenção

das *guerras silenciosas*. As consequências do processo de escravização permitem que a população negra (ou não branca) continue sendo caracterizada como o “outro”, como o “inimigo” que justifica a manutenção da guerra social silenciosa. Diferentemente de períodos anteriores em que a exploração da mão de obra ocorria nos padrões de exaustão, hoje observa-se uma falsa inclusão na estrutura produtiva. Em outros termos, uma sofisticação da acumulação primitiva que vende a ideia de uma inclusão, mas que, simultaneamente, administra a dominação dos grandes contingentes populacionais a partir da disponibilização da tecnologia e da precarização do mundo do trabalho.

Analisamos essa guerra silenciosa, não desde o ponto de vista do opressor, mas desde a constituição de resistências nas trincheiras demarcadas pela exclusão da lógica de acumulação e seus sistemas de vigilância e punição. A marginalização de grupos sociais confere aos indivíduos elementos indenitários que constituem o que Fernandes chama “territorialidades” e que aqui chamaremos “Territorialidades de resistência e combate”. Tentaremos analisar esses elementos indenitários, que não se encontram apenas em corpos negros, mas em mulatos, negros retintos, negros claros e brancos, todos aqueles que se identifiquem e solidarizem com esses elementos que constituem o núcleo duro da resistência e combate. Analisaremos empiricamente esses elementos em uma “territorialidade específica” cujo nome sugestivo, “Combate ao Racismo”, indica um posicionamento claro contra a discriminação e descarte de grupos humanos.

1.4- As faces da guerra silenciosa: perfil da população em situação de extermínio

A identificação das características dessas populações é fundamental na análise das guerras enquanto fenômeno sociológico transformador das correlações de forças políticas, econômicas e das mudanças culturais e tecnológicas. Especificamente, a partir da lógica de acumulação do capital o estudo acerca do perfil e das formas de resistência dos diferentes grupos socioterritoriais pode constituir uma forma privilegiada de compreendermos as suas consequências na sociedade brasileira. Os debates acadêmicos e políticos acerca das questões étnico raciais têm ocupado importante espaço nas agendas de pesquisas e nas demandas por políticas públicas direcionadas a população negra, principalmente, no que se refere ao reconhecimento das consequências nocivas do racismo estrutural e a urgência da promoção da igualdade racial em sociedades gravemente afetadas pela diáspora (Collins, 2019; Davis, 1981,

2018; Domingues, 2007; Gonzalez, 1982, 1988, 2020; Munanga, 2009; Quijano, 2005; Santos, 1994).

A primeira questão a ser abordada diz respeito ao próprio reconhecimento da categoria raça/cor. Conforme apontado por Silvio Almeida (2019) existem diversas contradições acerca da etimologia do conceito. No entanto, observar-se que o seu significado permaneceu historicamente voltado para a classificação a partir do sentido biológico (plantas e animais).

A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI. Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (Almeida, 2019, p.18)

No censo de 1872, primeiro censo sobre a população brasileira, a variável cor era uma decorrência da condição social, ou seja, a mensuração dividia-se entre livres e escravos. Os termos de classificação da população eram: branco, preto, pardo e caboclo, sendo a categoria pardo formado por pretos e brancos e caboclos por indígenas e seus descendentes. Logo, ocorreu uma mistura entre fenótipos, cores e descendência para a classificação racial. O censo de 1890, segundo censo brasileiro, segmentou os dados sobre cor apenas para a população geral e por estado civil. Os termos relacionados a cor foram: branco, preto, caboclo e mestiço. A categoria mestiço referia-se ao somatório de pretos e brancos (Piza; Rosemberg, 1999).

A invisibilidade dos negros nos censos demográficos perpetuou durante o início do século XX. Os censos de 1900 e 1920 não adotaram a categoria, recorrendo aos argumentos da mestiçagem para sub representar a maioria da população. Já o censo de 1940 adotou as categorias branco, preto, pardo e amarelo, permanecendo essas categorias no censo de 1950. Índios, mulatos, caboclos, cafuzos e mestiços foram agrupados na categoria pardo. É importante destacar que o censo de 1940 foi o primeiro a explicar os critérios e procedimentos adotados. Nas próximas décadas (1960 a 1980) não foram identificadas alterações em relação a essa categorização de cor. Contudo, no censo de 1970 não foram coletadas informações sobre cor da população brasileira (Piza; Rosemberg, 1999).

A inclusão da categoria raça ou cor nos censos brasileiros tem sido bastante debatida nos estudos étnicos raciais e na atuação do Movimento Negro. De acordo com Nilma Lino Gomes (2017) o Movimento Negro conseguiu ressignificar e politizar a raça, “entendendo-a como potência de emancipação, e não como regulação conservadora, explícita como ela opera

na construção de identidades étnico raciais” (Gomes, 2017, p.21). Dessa forma possibilita o questionamento da própria história do Brasil, dos significados atribuídos a população negra, explicitar o racismo estrutural e presente cotidianamente nas relações; imprimir outra conotação ao aspecto da raça. Yvonne Maggie enfatiza que a discussão sobre a categoria cor/raça está relacionada aos próprios aspectos de reconhecimento étnico racial da população brasileira. Segundo os estudos realizados “os termos raça e cor no Brasil têm uma história, mas foram, em geral, usados para definir ‘os povos a quem o filho de Clymene negou a cor do dia’, gente de Cor, população de cor, gente da raça” (Maggie, 1996, p. 226). Nota-se que durante muito tempo a mensuração da população foi marcada por dificuldades em registrar a dimensão étnico racial, principalmente, pela própria representação cultural do não-branco e sua descendência na história do Brasil:

Entre os pretos e os brancos estão os pardos e mais uma vez aparece o mito de origem que fala em origens e mistura. No entanto, esses termos aparecem quase sempre como atos falhos, ou no provérbio racista, ou no xingamento. Nosso ideal de democracia racial, nosso mito de democracia racial, obriga-nos a desviar o olhar dessa oposição porque ela decalca posições sociais desiguais entre pretos e brancos. Tanto é assim que esse também é o sistema classificatório escolhido pelos que fazem os censos demográficos e as estatísticas oficiais. Pretos são os pobres, aqueles que têm menos chances de vida (Maggie, 1999, p.229).

O censo de 1991 adotou três categorias para a mensuração de cor/raça: branco, pardo, preto, amarelo e indígena a partir da pergunta: *Qual é a sua cor ou raça?* Essa mudança trouxe à tona o posicionamento dos entrevistados acerca de sua autodeclaração étnica. Nos termos da autora, o entrevistado foi “induzido a se colocar em um dos vértices do triângulo fazendo com que o termo amarelo não fosse residual mas definisse realmente os asiáticos, que estão fora do triângulo originário, mas que significam uma origem étnica possível” (Maggie, 1996, p.233). A partir desse censo consolidou-se a classificação do IBGE sobre as definições étnico raciais, cuja categoria “negro” corresponde a junção de auto declaração de pardos e pretos.

Além dessa síntese sobre a mensuração étnico racial cabe destacar também a atuação do Movimento Negro para a autodeclaração da população. A visibilidade da população negra nas pesquisas é uma importante conquista da luta travada pelo Movimento Negro. Concomitante as lutas pela adequada mensuração étnico racial, foram realizadas campanhas de conscientização sobre a importância de reconhecimento da ascendência africana.² De acordo com os dados do

² Dentre elas destacam as Campanhas de 1991 e 2010. O slogan adotado “Não deixe sua cor passar em branco – responda com bom c/senso” foi utilizado por diversas entidades vinculadas ao Movimento Negro para conscientizar as pessoas acerca da importância dessas informações para o planejamento de políticas públicas e para o próprio conhecimento da população brasileira.

último censo demográfico³ (2010)⁴ a população brasileira é composta por 191 milhões de habitantes distribuídos nos 5.570 municípios do território nacional, sendo que 91 milhões se autodeclararam brancos, 15 milhões pretos, 82 milhões pardos, 2 milhões amarelos e 817 mil indígenas. Em comparação com o censo anterior observa-se a redução na proporção de brancos. Em 2000 era 53,7% e em 2010 passou para 47,7%. Por outro lado, registrou-se o crescimento na proporção de pretos de 6,2% para 7,6% e pardos de 38,5% para 43,1%. Somando as categorias preta e parda, conclui-se que a maioria da população (50,7%) é negra. Considerando os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Continua 2021 são 212,7 milhões de brasileiros/brasileiras, dos quais 43% autodeclararam branca, parda 47%, preta 9,1%. Considerando uma década a população que se declarou preta cresceu 32,4% e a parda, 10,8%, taxas superiores ao crescimento da população total do país (7,6%) (IBGE, 2022). Portanto, observa-se a predominância da população negra, ou seja, 56% da população brasileira.

Segundo os dados da Organização das Nações Unidas (ONU) o Brasil é o país com a maior população negra fora do continente africano. A população brasileira é majoritariamente negra (56%), portanto, ao analisarmos as informações acerca da população negra estamos tratando da maioria populacional. Essa delimitação sobre o quantitativo populacional é muito importante para o dimensionamento étnico racial. A população negra constitui a maioria da população e a minoria nos espaços de poder e tomada de decisão. Os estudos de Almeida (2019) permitem afirmar que o “racismo é sempre estrutural, ou seja, integra a organização econômica e política da sociedade de forma inescapável. [...] A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica” (ALMEIDA, 2019, p. 33). Portanto, a discussão acerca das guerras silenciosas passa pela compreensão do racismo estrutural. Os dados acerca da ocupação nos postos de tomada de decisão, a disparidade salarial e as desigualdades educacionais caracterizam o racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

De acordo com os próprios dados da PNAD/IBGE (2022) 2,4% dos cargos de diretoria ou gerência são ocupados por mulheres negras e 2,6% por homens negros. Se comparado com mulheres brancas e homens brancos o número é praticamente três vezes menor, 5,4 % e 7,6%

³ O último censo foi realizado à época do corte de gastos públicos em cumprimento a Emenda Constitucional nº 95 que congelou os gastos com as políticas públicas por 20 anos, configurando grave ameaça ao levantamento de dados sobre a população brasileira.

⁴ Devido a Pandemia da Covid 19 o Censo de 2020 foi realizado em 2022.

respectivamente. Essa disparidade é acompanhada pela discrepância salarial. Segundo os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) a diferença salarial entre negros e não negros em 2022 foi de 31%, ou seja, uma pessoa negra recebe 31% menos de salário que uma pessoa branca. A mulher negra recebeu 46,3% do rendimento recebido pelo homem branco. Com isto, pode-se afirmar a sobreposição das desigualdades de gênero e raça na estrutura laboral da sociedade brasileira. Com relação a educação observa-se que a partir da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) que garante a reserva de 50% das vagas no Ensino Superior destinados a alunos oriundos da escola pública, segmentada por renda e raça/cor.

De acordo com os dados do IBGE em 2001 76,8% das vagas eram ocupadas por brancos e 21,9% negros. Segundo os dados do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da UFRJ em 2010 somente 6% dos alunos de escola pública ingressavam na universidade através de alguma política de reserva de vagas. Em 2019 o percentual ampliou para 35%. A política de cotas possibilitou avanço significativo na superação das desigualdades raciais, principalmente, no ingresso e permanência no ensino superior para a maioria da população.

Ao contrário do quantitativo expresso acima, as cifras da morte são, predominantemente, alimentadas pela população negra. O primeiro registro a ser mencionado diz respeito a fome. Os dados sobre a fome no Brasil são explícitos em relação à incidência das desigualdades raciais. A fome no Brasil tem cor/raça. O recorte racial nos dados e estatísticas acerca da fome e da violência são fundamentais para compreendermos o racismo estrutural no Brasil. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, no contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, identificou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer.

Comparando com o período anterior observa-se o ingresso de mais 14 milhões de pessoas que estão em situação de fome. Se adotarmos o recorte por domicílio 58,1% dos lares brasileiros vivem com insegurança alimentar (em grau leve, moderado ou grave). Observa-se que sobre o contingente populacional em situação de fome, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan) relata que o 70% são negros (pardos e pretos). Nas palavras da pesquisadora da PENSSAN, Rosane Salles Costa:

Mais uma vez o inquérito reforça essa desigualdade racial. Os números mostram que quando a pessoa de referência na casa é branca, a insegurança alimentar chega a ser 8 pontos percentuais mais baixos, quando comparado com uma pessoa negra é líder familiar, atingindo patamares expressivos (**Notícia Preta**, 2022)

As consequências do extermínio da população negra ficaram patentes durante a Pandemia da Covid 19. Ao analisar os dados do Instituto Polis sobre a morte da população negra durante a Pandemia, Fábria Reis e Ailton Ferreira (2021), destacam que,

não se pode esquecer que a primeira morte por Covid-19 no Brasil foi de uma mulher negra, empregada doméstica, com 63 anos, contaminada por sua patroa. Segundo os dados do Instituto Polis, no segundo semestre de 2020, morreram 250 negros para cada 100 mil habitantes, enquanto entre os brancos morreram 150. A população negra morre em função das morbidades e do racismo estrutural, das doenças prevalentes que agravam a doença e das condições precárias de moradia, trabalho e saúde, além da ausência de alimentação (Reis; Ferreira, 2021, p.32).

Além disso, observaram que a Pandemia impactou de forma mais intensa aos grupos étnicos raciais pela continua exposição a que são submetidos. Recorrendo aos dados da Unicef, pode se identificar que no Brasil 29 milhões de pessoas carecem de acesso ao saneamento básico; 6,2 milhões de pessoas não tem água potável em seus domicílios, 75% das pessoas em situação de pobreza são negras. Com relação aos dados específicos da Saúde destaca-se que a maioria da população é usuária do Sistema Único de Saúde (SUS). Portanto, a ausência de políticas públicas de saúde afeta diretamente as condições de sobrevivência dessa grande parcela da sociedade brasileira, inclusive no que se refere a vacinação. De acordo com a sistematização de dados da FIOCRUZ, 3,2 milhões de pessoas que se declararam brancas receberam a primeira dose da vacina contra o Corona vírus. No entanto, apenas, 1,7 milhão de pessoa que autodeclararam os negros receberam o imunizante (Reis; Ferreira, 2021; EPSJV/FIOCRUZ,2022).

As consequências das guerras silenciosas incidem de forma mais intensa nas mulheres negras. Os diversos dados acerca da situação das mulheres negras mostram os efeitos de gênero e raça no processo de exclusão e as sistemáticas tentativas de extermínio. A literatura a respeito desse tema tem aprofundado as discussões sobre a necessidade de fortalecer o feminismo negro como forma de enfrentamento a essa realidade. De acordo com Sueli Carneiro (2020):

Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. A partir desse ponto de vista, é possível armar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (Carneiro, 2020, p. 02)

Segundo os dados do Atlas da Violência organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica (2022), 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, ou seja, quase sete em cada dez mulheres assassinadas são negras. Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança

Pública de 2022 apontou a sobreposição de riscos e vulnerabilidades que as mulheres negras estão expostas, principalmente, no que se refere a violência doméstica, o feminicídio (tentado e consumado) e as mortes violentas intencionais. Identifica-se que 62% são negras e 37,5% são brancas. E no caso de mortes violentas 70,7% são negras e 28,6% são brancas.

Conclusões significativas podem ser extraídas ao analisarmos os dados de acordo com as faixas etárias. Dentre as faixas etárias destacamos dois grupos: jovens e idosos. Segundo os dados do Mapa da Violência organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), a cada 23 minutos morria um jovem negro no Brasil em 2017. Associada ao extermínio da população jovem negra está a indiferença da maioria da população. Segundos os estudos da Secretaria de Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) “56% da população brasileira concorda com a afirmação de que a morte violenta de um jovem negro choca menos à sociedade do que a morte de um jovem branco” (GELEDES). Considerando o contingente populacional brasileiro, o 14,7% é idoso, ou seja, 31,7 milhões de pessoas são idosas. Todavia, ao analisar esses dados por raça/cor observa-se que a população negra é menor do que a população branca: 53,7% da população brasileira é negra, mas apenas 48% da população idosa brasileira é negra. Nas palavras do pesquisador Roudom Ferreira de Moura “apesar de a maioria da população brasileira ser negra, esse grupo é minoria entre os idosos, pois a expectativa de vida dos negros é pior que a dos brancos “O Brasil é negro, mas o envelhecimento é branco” (Moura, 2022).

Os dados sobre a realidade da população negra no Brasil apresentados acima corroboram a confirmação da hipótese inicial: na sociedade brasileira é claramente perceptível o silencioso desenvolvimento de um aniquilamento social, definido pelo descarte étnico racial, com o formato de guerra própria da acumulação do capital. Nessa guerra silenciosa é possível identificar a primazia do extermínio focado nessa maioria da população marginalizada, ou seja, nesse grupo étnico racial que é seletivamente mais propício a eliminação se comparado com os não brancos. Todavia, nota-se também a constante luta por sua sobrevivência⁵. Dentre elas destacamos a atuação do Movimento Negro como uma *frente de resistência a guerra silenciosa do Capital*. Para as finalidades desse artigo utilizamos a definição de Petrônio Domingues⁶

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das

⁵ Sobre as fases de atuação do Movimento Negro ver: Domingues, 2007, CARNEIRO, 2002; GOMES, 2010; 2017; 2022.

⁶ Existem distintas definições sobre o Movimento Negro, por exemplo, as contribuições de Joel Rufino dos Santos; Nilma Lino Gomes.

discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a ‘raça’ é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Domingues, 2007, p. 102).

O Movimento Negro surgiu no contexto pós abolição pela necessidade de sobrevivência. Dentre as fases de constituição, destaca-se a fundação do Movimento Negro Unificado,⁷ em 1978. O MNU possibilitou grandes avanços, principalmente, na unificação das diversas iniciativas de luta dos múltiplos grupos e organizações antirracistas no Brasil, cujo principal objeto era o fortalecimento do poder político do movimento negro. De acordo com Nilma Lino Gomes o Movimento Negro constitui “um importante ator político que constrói, sistematiza, articula saberes emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira (Gomes, 2017, p. 24). Cabe destacar que, de acordo com essa análise, ao enfatizar a dimensão educacional do Movimento Negro são destacadas “as dimensões mais reveladoras do seu caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo, que o caracterizam como um importante ator político e como um educador de pessoas, coletivos e instituições sociais ao longo da história e percorrendo as mais diversas gerações” (Gomes, 2007, p.23).

Como algumas das conquistas ensejadas pela luta do Movimento Negro podemos mencionar a transformação do dia 13 de maio em dia de luta e denúncia contra o racismo; a assimilação do dia 20 de novembro como o dia da Consciência Negra; o reconhecimento de Zumbi como símbolo da luta contra o racismo; as discussões acerca da conotação do termo negro que passou a ser adotado oficialmente para todos os descendentes de africanos escravizados no Brasil; as interferências na educação básica para a inclusão do ensino sobre a África; a promoção da identidade negra (padrão de beleza, vestimentas e culinária africana); a adoção de nomes africanos nos recém nascidos; a valorização e o reconhecimento das religiões de matriz africana; o hip hop enquanto movimento contestatório; a inclusão de cotas raciais no ingresso ao ensino superior e nos concursos públicos. (Gonzalez, 1982; Cunha Jr. 1982; Carneiro, 2002; Domingues, 2007; Gomes, 2010; 2017; 2022).

⁷ A influência do cenário internacional, especialmente da luta pelos direitos civis dos negros estadunidenses e da libertação dos países africanos de língua portuguesa, foram fundamentais para a radicalização do discurso do MNU no Brasil

O emprego do conceito de “guerras silenciosas” permite descortinar questões complexas e estruturais da sociedade brasileira no que se refere a questão étnico-racial. A partir da interpretação dos dados oficiais acerca da população negra fica manifesto que o processo de desenvolvimento do capitalismo está acoplado a estratégia de extermínio sistemático da população negra como descartável para o sistema. A seletividade na aplicação da violência é uma característica específica das relações de poder contemporâneas.

Todavia, resgatamos o fato de que a população negra tem criado estratégias de resistência e combate desde suas trincheiras nessa guerra impiedosa. Dentre as diversas iniciativas de luta por seus direitos destacamos a ocupação dos espaços de poder. A primeira luta foi em prol da própria inclusão da variável raça/cor nas pesquisas oficiais e as diversas controvérsias e conflitos na mensuração dessa variável. Curiosamente, décadas depois a categoria raça e cor foi inserida tardiamente nos registros das candidaturas eleitorais. A própria trajetória do Movimento Negro apresenta os desafios que significa ocupar os espaços de poder na sociedade brasileira bem como das múltiplas frentes de atuação necessária para vencer essa guerra cotidiana. Almejamos que os resultados dessa pesquisa ajudem a descortinar as guerras silenciosas do capitalismo em curso, que chame a atenção sobre o extermínio de parcela significativa da sociedade brasileira e que convoque a somar-se às formas da estratégia de resistências desse movimento socio-territorial de características étnico raciais.

1.5 Aspectos metodológicos

Diante do exposto, a questão central dessa investigação foi: Como as guerras silenciosas têm perpetuado na sociedade brasileira em termos de raça e cor? Quais têm sido as principais formas de enfrentamento às Guerras Silenciosas? A partir das supervisões e revisão da literatura foram reelaboradas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: A interseccionalidade de gênero e raça aprofunda os efeitos das guerras silenciosas nos países cuja história é marcada pelo processo de escravidão.

Hipótese 2: Na contemporaneidade observa-se a sofisticação da máquina de visão na predileção por grupos étnicos raciais e a respectiva classificação racista do possível potencial ofensivo dessa população.

Hipótese 3: As atividades de resistências às guerras silenciosas são prioritariamente desenvolvidas pelos próprios grupos étnicos raciais, dentre os quais, destacamos aquelas oriundas das lideranças do movimento negro.

Para alcançar os objetivos dessa investigação foram realizadas revisões bibliográficas para atualização mais recente e adequada sobre o tema abordado. Posteriormente foram feitas análise de sistemas de mensuração raça/cor e também de dados secundários nacionais e internacionais que caracterizam a guerra silenciosa no Brasil, principalmente, nos estados com maior incidência dos dados de violência, encarceramento e fome.

Além disso, foram realizadas as reuniões permanentes com o tutor conforme cronograma pactuado bem como as atividades de colaboração com os Programas de Pós-Graduação e dos Grupos do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), especificadas na sessão a seguir.

2 PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Conforme mencionado nas considerações iniciais essa sessão está subdividida em duas partes: (i) publicações concluídas; (ii) publicações em fase de aprovação, e; (iii) participações em Congressos/Seminários. Essa divisão justifica-se pela necessidade de separar os capítulos e artigos que foram publicados e aqueles que foram elaborados, mas ainda não foram efetivamente publicados. Estão em fase de publicação: um ebook na condição de organizadora e um artigo autoral; um artigo revisado.

Em termos metodológicos todas as publicações foram desenvolvidas a partir de atualizações dos principais conceitos e desdobramento/aprofundamento do conceito de Guerras Silenciosas; a revisão bibliográfica e as análises de dados secundários. O conteúdo do projeto aprovado foi revisado para a produção dos capítulos dos livros e o embasamento teórico das publicações.

A partir do Estágio Pós-Doutoral foram publicados três capítulos de livros, a organização coletiva de um livro juntamente com o Supervisor Héctor Luis Saint-Pierre e um artigo pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

É importante recordar que esse Estágio constitui um divisor de águas na minha formação acadêmica. Conceição Evaristo afirma que “escrever é um ato de resistência. E de fato é. Mas, até alcançarmos a capacidade de resistência por meio da escrita, existe um longo e árduo caminho de silenciamentos e entraves.

Trilhei esse caminho por muitos anos. Foi por meio desse singular momento que tive a oportunidade de resistir e existir por meio da escrita. Antes de cada publicação consta uma breve apresentação das contribuições para a conclusão desse processo investigativo. Em termos descritivos foram feitas as seguintes publicações (ordem de relevância):

A) Livro (impresso e e-book):

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; LEANDRO, Isabel dos Anjos; MEI, Eduardo. Entre as assombrações do passado e as sementes do futuro Notas sobre a defesa do Sul Global – São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Hucitec; Cultura Acadêmica Editora, 2023. 311p. (Coleção Novas e Velhas Desigualdades na Era Digital) ISBN: 978-85-8404-366-8 ISBN 978-65-5954-394-6 (Cultura Acadêmica)

Link da publicação - Fundação Perseu Abramo:

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2024/05/ENTRE-AS-ASSOMBRACOES-DO-PASSADO-livro-online.pdf>

B) Capítulo de livro:

- LEANDRO, Isabel dos Anjos. “As guerras silenciosas e as estratégias de resistência” IN SAINT-PIERRE, Héctor Luis; LEANDRO, Isabel dos Anjos; MEI, Eduardo. Entre as assombrações do passado e as sementes do futuro: Notas sobre a defesa do Sul Global – São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Hucitec; Cultura Acadêmica Editora, 2023. 311p. (Coleção Novas e Velhas Desigualdades na Era Digital) ISBN: 978-85-8404-366-8 ISBN 978-65-5954-394-6 (Cultura Acadêmica)

Link da publicação Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2024/05/ENTRE-ASSOMBRACOES-DO-PASSADO-livro-online.pdf>

- LEANDRO, Isabel dos Anjos. “A força do direito: as lutas sociais de ontem e hoje”. In MENON, G.; RESENDE, M. P.; CARVALHO, A. D. Z. (org.). Sociologia do novo constitucionalismo latino-americano: debates e desafios contemporâneos. São Paulo: Edições EACH, 2022. 1 ebook.. p. xx-yy. DOI 10.11606/9786588503386.

Link da publicação - Portal de Livros Abertos da USP:

<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/939>

- LEANDRO, Isabel dos Anjos. O papel do Estado nas Políticas Sociais: a quem se faz viver ou deixa morrer? In Democracia e desenvolvimento: a vida em risco e o Estado em reação. HORTA, José Luiz Borges; DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; CARVALHO, Pedro Braga de (org.). Belo Horizonte: Arraes Editores, 2024. 263 p. ISBN: 978-65-5929-355-1 ISBN: 978-65-5929-363-6 (E-Book)

C) Artigo com partição em Congresso:

- LEANDRO, Isabel dos Anjos. “A Guerra Silenciosa e as interfaces da interseccionalidade na contemporaneidade”. 22º Congresso Brasileiro de Sociologia São Paulo: SP, 2025.

Link da publicação - Portal de Livros Abertos da USP:

<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/939>

2.1. Entre as assombrações do passado e as sementes do futuro: notas sobre a defesa do Sul Global (impresso e e-book)

A co-organização do livro “Entre as assombrações do passado e as sementes do futuro: notas sobre a defesa do Sul Global”, advém da coordenação do Grupo de Estudos com a participação de diversos estudiosos, majoritariamente ligados ao GEDES/UNESP. Participaram da organização o supervisor professor Héctor Luís Saint-Pierre e Eduardo Mei. A obra integra a coleção Novas e Velhas Desigualdades na Era Digital coordenada pelos professores Marcio Pochmann e Luís Fernando Vitagliano. O livro está disponível no formato impresso e virtual, em parceria das Editoras Fundação Perseu Abramo, Hucitec e Cultura Acadêmica.

A relevância dessa publicação durante o estágio reside em dois pontos. O primeiro deles é que a estruturação dessa obra está diretamente ligada a centralidade que o conceito de *Guerras Silenciosas* possui na análise do enfretamento das consequências do capitalismo. Essa obra resulta de diversos debates sobre as consequências atuais e futuras do modo de produção capitalista. O segundo ponto diz respeito ao fato de que foi a partir dos estudos do modo de produção sob essa ótica que possibilitou a participação qualificada nesse seleto grupo de pesquisadores e conseqüentemente a colaboração na sistematização da obra.

É importante destacar que os desdobramentos da crise sistêmica do capitalismo incidem de forma diferenciada sobre o Sul Global e de forma seletiva sobre as populações negras. Dentre as demais publicações, a co-organização desse livro é a principal inserção numa obra da complexidade, completude e qualidade que integrei ativamente. Conforme mencionado anteriormente o conceito *Guerras Silenciosas* apresenta-se como catalisador de importantes dimensões para a análise do capitalismo na contemporaneidade. A apropriação desse conceito de forma transversal compõe o principal eixo de elaboração e reflexão da co-organização que pode ser constatada por meio da Introdução. “As guerras silenciosas e as estratégias de resistência” in *Entre as assombrações do passado e as sementes do futuro: notas sobre a defesa do Sul Global*

Com relação ao capítulo que compõe a referida obra observa-se, explicitamente, a elaboração derivada do projeto do Estágio Pós-Doutoral. Dentre as contribuições estão a explicitação da argumentação constitutiva sobre as *Guerras Silenciosas*, as trincheiras da resistência e o perfil da população em situação de extermínio. Esse artigo é a principal produção desse processo, pois retrata o cerne das dimensões analíticas que foram reformuladas.

Esse capítulo tem o objetivo de contribuir no livro com os apontamentos sobre pontos específicos das transformações sistemáticas do capitalismo no período recente. A obra de maneira geral cumpre a tripla função de extrapolar as cortinas do tempo presente, ao produzir uma análise crítica acerca do passado, dialogar em profundidade da contemporaneidade e arriscar a cultivar as sementes do futuro.

Outro ponto de convergência do processo pós-doutoral diz respeito a inserção da temática na obra. Nota-se que o capítulo compõe a terceira sessão – As tecnologias nos instrumentos da violência e nas novas frentes de guerra. Esse é um ponto especial da elaboração, pois essa parte aponta para os desafios da Guerra na contemporaneidade e conseqüentemente nos desdobramentos futuros na defesa do Sul Global.

Ainda sobre a integração com a proposta do Pós-Doutorado destacamos a sua relevância para a comprovação das seguintes hipóteses: Na contemporaneidade observa-se a sofisticação da máquina de visão na predileção por grupos étnicos

raciais e a respectiva classificação racista do possível potencial ofensivo dessa população. E também a outra hipótese: as atividades de resistências as guerras silenciosas são prioritariamente desenvolvidas pelos próprios grupos étnicos raciais, dentre os quais, se destaque oriundas lideranças do Movimento Negro.

Desse modo, o capítulo a seguir demonstra a relevância da discussão das referências e abordagem na atualidade e também para análises sobre o futuro, principalmente dos países marcados pela escravidão. Com essa contribuição, esperamos que a temática possibilite a discussão acerca das relações entre a escravidão, o capitalismo, resistências e estratégias de sobrevivência da população negra na Guerra Silenciosa. Esse ainda é um desafio persistente na sociedade brasileira, principalmente, no que tange ao reconhecimento de raça e cor para as mulheres, no enfrentamento a Abolição Inacabada e na interpretação dos dados sobre o extermínio da população negra no Brasil.

2.2 A força do direito: as lutas sociais de ontem e hoje in Sociologia do novo constitucionalismo latino-americano: debates e desafios contemporâneos

O E-book *Sociologia do novo constitucionalismo latino-americano: debates e desafios contemporâneos* é uma publicação da Universidade de São Paulo (USP) com o objetivo de

apresentar um conjunto de investigações sociológicas que tenham como ponto central contribuições voltadas para a análise da democracia e do constitucionalismo na América Latina. Para tal, a publicação conta com diversas contribuições que permitem tratar da temática do novo constitucionalismo a partir de produções oriundas e focadas no Sul Global.

No que se refere ao capítulo é importante destacar que sua relevância e vinculações encontram-se na discussão sobre o processo de colonização das Américas, principalmente, na escravidão e a leitura decolonial sobre o *encobrimento dos grupos étnicos-raciais*. Essa marca delimita a intensidade das lutas sociais de ontem e de hoje, potencialmente, para as populações que estão historicamente submetidas as práticas de extermínio. E também da relevância da análise sobre a atuação dos Movimentos Sociais em sua multiplicidade em defesa dos direitos que melhorem as condições de vida da população.

Dentre os desdobramentos das Guerras Silenciosas alguns aspectos merecem destaques pelas implicações com a investigação do Estágio Pós- Doutoral: o colonialismo jurídico, o novo constitucionalismo, o reconhecimento da população negra e feminina como maioria populacional, a atuação dos Movimentos Sociais na efetivação dos direitos. Além disso, destacamos a importância dessa publicação para a análise do encarceramento como forma de perpetuação do racismo. Por outro lado, identificamos a cidadania como impulsionadora da inclusão das maiorias. Ao analisar a atuação dos Movimentos Negro na América Latina, especificamente nas Constituições do Brasil e Colômbia e na luta pela defesa e aquisição dos direitos. Esse capítulo foi elaborado a partir das atualizações conceituais propostas nas supervisões do Estágio e corroboram para a comprovação da hipótese 3: as atividades de resistências as guerras silenciosas são prioritariamente desenvolvidas pelos próprios grupos étnicos raciais, dentre os quais, se destaque oriundas lideranças do movimento negro. Cabe ainda ressaltar que esse artigo consiste num desdobramento de análise com recorte internacional e intersecção entre as searas da Sociologia, Direito e Relações Internacionais. O livro foi um dos mais acessados no abando de dados da USP, de acordo com as mensurações internas da Universidade.

2.3 O papel do Estado nas Políticas Sociais: a quem se faz viver ou deixa morrer? In Democracia e desenvolvimento: a vida em risco e o Estado em reação.

O livro, organizado pelos professores José Luiz Borges Horta, Jamile Bergamaschine Mata Diz e Pedro Braga de Carvalho, publicado pela Arraes Editores é resultado dos trabalhos de pesquisas e do Congresso Organizado pela Universidade na capital mineira e em países da América Latina. A publicação do capítulo configura uma oportunidade importante de ampliar a discussão da temática do Estágio pós-doutoral, principalmente, na discussão do papel do Estado na lógica de manutenção do extermínio da população negra no Brasil.

Dentre a importância de publicação desse capítulo estão as provações que o conceito de Guerras Silenciosas faz ao tratar das consequências do capitalismo e o papel do Estado, principalmente, em sociedades marcadas pelo processo de escravidão, Abolição Inacabada e a manutenção das desigualdades abissais. Ao trazer à tona a pergunta fundamental da biopolítica sobre o Estado estamos discutindo de forma crítica e contemporânea a atuação desse aparato frente as mazelas sociais atuais no Brasil.

Nesse artigo foram abordados temas diretamente relacionados ao projeto de pesquisa do Estágio Pós-Doutoral, principalmente, em relação a relevância do conceito de Guerra Silenciosa na análise das consequências do Capitalismo, das desigualdades intencionalmente provocadas e do formato das Políticas Públicas. Cabe destacar que o artigo é focado nas Políticas Públicas de Assistência Social, implementadas pelo governo federal no período recentemente, exatamente pelas decorrências do processo de escravidão que marca profundamente a sociedade contemporânea.

Outro aspecto importante para os objetivos da investigação desenvolvida no Estágio Pós-Doutoral diz respeito a retomada das contribuições de Michel Foucault sobre a biopolítica e o biopoder. Esse governo das populações, na perspectiva foucaultiana, tem grande relevância para análise apresentada no artigo. Além disso, a incidência das crises sociais, tais como a Pandemia, incidem de maneira intensa na população atendida pela Política Pública de Assistência Social. Os dados apresentados demonstram o recorte étnico-racial da realidade brasileira. No Brasil, pobreza tem raça-cor e território definido, demonstrando assim a seletividade do Estado no favorecimento de quem se faz viver ou quem se deixa morrer.

2.4 A Guerra Silenciosa e as interfaces da interseccionalidade na contemporaneidade In 22º Congresso Brasileiro de Sociologia

O artigo “A Guerra Silenciosa e as interfaces da interseccionalidade na contemporaneidade” foi apresentado no 22º Congresso Brasileiro de Sociologia realizado em São Paulo/2025. Esse foi um momento bastante oportuno para a discussão do conceito de Guerra Silenciosa numa perspectiva teórica- metodológica contemporânea. A escolha de submissão nas interfaces com os debates sobre a interseccionalidade justifica-se pelas implicações nas discussões de gênero e raça adotados como hipótese do projeto de pesquisa desse Estágio.

Desse modo o artigo pode confirmar a hipótese: a interseccionalidade de gênero e raça aprofunda os efeitos das guerras silenciosas nos países cuja história é marcada pelo processo de escravidão. Para tal, foram discutidos os conceitos de interseccionalidade, o extermínio e aniquilação das mulheres negras na contemporaneidade constituído a tríade com a variável classe. Foram retomados os principais conceitos investigados na pesquisa, dentre eles, as consequências do processo de escravidão e a atualidade da discussão da Guerra Silenciosa. É importante registrar que a apresentação e o debate sobre o artigo também foram momentos oportuno para explicitar as demais hipóteses e também as referências utilizadas nesse estudo. Conforme orientado e incentivado a participação no Congresso Brasileiro de Sociologia foi um momento de revisão e aprimoramento conceitual.

Dentre as contribuições apresentadas destacam-se: (a) importância da leitura decolonial para análise das estruturas de poder, ou seja, outra forma de abordagem crítica acerca do colonialismo. Foi destacado a relevância das formas de colonialidade de poder na produção do conhecimento, principalmente, na *costura* produzida pela interseccionalidade. (b) as possibilidades analíticas de recontar a história a partir da ótica decolonial, principalmente, para os grupos historicamente descartáveis e especialmente aqueles dominados pelo processo de *encobrimento*; (c) os desdobramentos que o conceito de silenciamento podem ser utilizadas inclusive para o aprofundamento do pacto da branquitude. Isto é, como o conceito de Guerras Silenciosas também pode ser entendido como o silenciamento de determinados grupos étnicos e as respectivas estratégias de enfrentamento das populações a respeito desse processo. Foi enfatizado a relevância de discutir as questões do poder e as possíveis reversões dos silenciamentos. (d) o debate sobre a subalternidade e a subversão no que tange aos enfrentamentos e estratégias dos grupos étnicos; (e) desdobramentos da análise a partir do conceito de Guerras Silenciosas: o tensionamento acerca dessas constatações, formas de

evidenciar os silenciamentos e promover a visibilidade de saberes. Essas e outras possibilidades serão inseridas em publicações futuras.

2.5 Em fase de publicação :

Artigo (envio para Revista): Racismo estrutural e etiquetamento racial: o poder punitivista do Sistema Penal Brasileiro

Concomitante ao desenvolvimento do Estágio Pós-Doutoral também estava cursando a graduação em Direito na PUC-Minas. Considerando a importância da temática abordada nessa pesquisa o trabalho de conclusão de Curso (monografia) foi condizente com os estudos realizados. De acordo com as orientações realizadas pelo orientador o problema investigado consistiu na seguinte indagação: Na constituição e aplicação do Direito Penal o Estado reproduz o racismo estrutural por meio do exercício do poder de judicializar e punir os grupos socialmente excluídos? Para tal adotamos duas hipóteses: a) A partir da teoria do etiquetamento é possível identificar a prática de criminalização racial na sociedade brasileira; (b) o Estado brasileiro atualiza a seletividade punitiva por meio da aplicação do Direito Penal na contemporaneidade.

Nota-se que a questão suscitada corresponde aos desdobramentos dos principais conceitos trabalhados durante a pesquisa do Estágio Pós-Doutoral associação as análises do Direito sobre racismo estrutural; etiquetamento social; Estado punitivista. Para a elaboração foram utilizados os referenciais de ambos campos do conhecimento. Além disso, foram utilizados dados secundários que permitiram corroborar para a confirmação das duas hipóteses mencionadas anteriormente.

Após a apresentação da monografia para a banca de examinadores formada pela PUC Minas, o trabalho foi aprovado em sua versão integral e indicada para a publicação em Revista da área e/ou continuidade de pesquisa de forma aprofundada na Pós-Graduação. Posteriormente, o conteúdo foi discutido com o supervisor do Estágio Pós-Doutoral, professor Héctor Luis Saint-Pierre com o intuito de transforma-lo num artigo publicável. Após sua cuidadosa e pertinente disponibilizamos o artigo a seguir que está em fase de envio para a revista de Ciências Sociais da PUC Minas. Esperamos com ele contribuir para a discussão interdisciplinares sobre a temática das Guerras Silenciosas, principalmente, ao agregamos a dimensão do etiquetamento social.

Racismo estrutural e etiquetamento racial: o poder punitivista do Sistema Penal brasileiro

Resumo: O objetivo principal desse artigo é analisar o sistema penal brasileiro no que tange a perpetuação do poder punitivista para grupos étnicos específicos, ou seja, a seletividade incorporada ao sistema penal em criminalizar determinadas condutas a partir das heranças históricas ou determinadas características físicas. Nesse caso recorreremos ao recorte étnico racial para demonstrar essa situação. Para tal, foram identificadas as principais características do sistema penal brasileiro que mantém a perpetuação da punição a determinados grupos étnicos, principalmente, no poder de criminalizar.

Palavras chaves: racismo estrutural; etiquetamento social; Estado punitivista

Abstract: The main objective of this article is to analyze the Brazilian penal system in terms of the perpetuation of punitive power for specific ethnic groups, that is, the selectivity incorporated into the penal system in criminalizing certain conducts based on historical legacies. In this case, we resort to the racial-ethnic perspective to demonstrate this situation. To this end, the main characteristics of the Brazilian criminal system that maintain the perpetuation of punishment for certain ethnic groups were identified, mainly with regard to the power to criminalize. Furthermore, we seek to analyze the characteristics of the Brazilian penal system that maintain the perpetuation of structural racism, specifically, in the form of criminal racism.

Keywords: structural racism; social tagging; punitive state

3 ATIVIDADES ACADÊMICAS REALIZADAS

3.1 Participação em Congressos e Seminários

Com relação as atividades acadêmicas participei na condição de expositora do 22º Congresso Brasileiro de Sociologia e de coordenadora de Grupo de trabalho do 49º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). A seguir os comprovantes de tais participações.



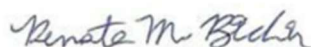
Imo(a). Sr(a).
Isabel dos Anjos Leandro

Prezado(a) Colega:

É com satisfação que comunicamos que sua proposta de Grupo de Trabalho (GT), intitulada "GT01. A nova realidade brasileira: interfaces e desafios do Brasil contemporâneo", foi aceita para compor a programação oficial do 49º Encontro Anual da ANPOCS, previsto para ser realizado de modo virtual de 15 a 17 de outubro e de modo presencial de 22 a 24 de outubro na Unicamp, Campinas – SP

Para dúvidas ou apoio em quaisquer dos itens acima listados, bem como em outros que possam surgir, não hesite em contatar a organização do evento no endereço eletrônico encontro@anpocs.org.br.

Agradecemos por sua colaboração,
Diretoria e Comitê Acadêmico
49º Encontro Anual da ANPOCS



Renata Mirandola Bichir
Secretária Executiva - ANPOCS

49º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS – PROPOSTAS TEMÁTICAS DE GTS

Título: A nova realidade brasileira: interfaces e desafios do Brasil contemporâneo

Resumo simples- (até 1.200 caracteres com espaços): Nos países caracterizados pela industrialização tardia, nota-se o excesso analítico sobre o presente, com poucas considerações acerca do passado e apontamentos para o futuro. Identificamos quatro dimensões da nova realidade que buscam mitigar os efeitos do curto prazo: **(a) Disputa de futuro em plena mudança de época histórica; (b) As combinações perversas e as inconsistências produtivas do passado no futuro; (c) As reparações do passado e cancelamento de futuro: o mundo do trabalho na Era digital; (d) A política do ódio e o ódio na política.** Compreendemos que na atualidade o mundo do trabalho conforma-se a partir de uma realidade própria da Era Digital. Devido às especificidades do contexto brasileiro recordamos a pseudo incorporação da massa sobrando que advém desde do período da escravidão e desemboca na Era Digital numa combinação perversa e consistente do sistema político e econômico. Caracterizam essa época as transformações mundo do trabalho, as representações de classe e as novas formas de disputa de poder eleitoral pautadas pelo ódio à política. Interessamo-nos em apresentar um quadro analítico que possibilitem descortinar um futuro na complexidade da sociedade contemporânea.

Resumo expandido (relevância/ justificativa até 12.000 caracteres com espaços)

A sociedade brasileira passou por profundas transformações em sua estrutura produtiva. Essas mudanças geraram alterações significativas, principalmente, para a organização social do trabalho, as relações entre os indivíduos e as instituições, as formas de sociabilidade e as percepções sobre Política no país. Dentre as diversas justificativas para a apresentação da

presente proposta destacamos a necessidade de um olhar mais aguçado para o passado com vistas a enxergar um futuro. É válido ressaltar que as Ciências Sociais têm a importante tarefa de apresentar análises que nos permitam compreender as relações sociais vigentes e também contribuir para que o futuro inaugure de forma mais promissora. Experimentamos um momento de grande singularidade histórica em que as velhas formas não contempla e o novo ainda se apresenta incerto e inseguro. O que queremos afirmar é considerando os estudos realizados ao longo dos últimos anos identificamos quatro macro dimensões relevantes para compreendermos a complexidade da sociedade brasileira na contemporaneidade: **(a) Disputa de futuro em plena mudança de época histórica:** o esgotamento do projeto de modernidade Ocidental e os limites na compreensão da contemporaneidade nos impõe a busca pelas novas formas de leitura e interpretação da realidade. De fato, o Iluminismo não correspondeu as múltiplas demandas propostas. Dentre os diversos desalentos destacam-se as crises de representação política nos países latino-americanos. Observa-se que a partir da formação e desenvolvimento do Mundo do trabalho na Era Industrial acontece concomitantemente ao declínio de representações de interesses dos trabalhadores. A medida em que o próprio mundo do trabalho se transforma, também, altera-se significativamente as formas e formatos de organização da classe trabalhadora. Essas modificações advém das novas configuração do capitalismo, principalmente pelo deslocamento do centro dinâmico do mundo, emergência climática e novo regime demográfico na Era Digital. Nesse momento é salutar apresentar a reconfiguração da estrutura de classes sociais em mutação capitalista, centralidade do trabalho e perda de identidade e pertencimento na tradicional relação capital-trabalho. **(b) As combinações perversas e as inconsistências produtivas do passado no futuro:** A história da sociedade brasileira é profundamente marcada pelo período de escravidão. A abolição (inacabada) não foi suficiente para superar as graves consequências do abandono e desamparo do contingente populacional que proporcionou o acúmulo e a manutenção da riqueza e do patrimônio da elite brasileira. Todavia, a história também demonstra que o capitalismo possui resiliência suficiente para adequar-se as novas formas de exploração. Ao discutirmos as combinações perversas de ontem faz-se necessário recordar que a economia brasileira estrutura-se a parte da venda de terra e gente. Sem dúvida a questão geracional é uma variável imprescindível para compreendermos as posições de privilegio e poder na estrutura social. Conforme amplamente apontando nos estudos e pesquisas recentes a escravidão alimentou as bases do capitalismo, desdobrando-se na contemporaneidade de uma massa sobrando e de baixo custo para o modo de produção vigente. É preciso refletir que o racismo estrutural combina perfeitamente com a lógica de extermínio do capitalismo. O tema da escravidão tem se constituído um fio condutor que possibilita a hierarquização por meio da raça/cor. Se analisarmos pela ótica política podemos afirmar que a Democracia contribui significativamente para o avanço da conquista da cidadania, mas também guarda uma reserva que permite a combinação democracia e racismo. Em nosso país essa combinação tem sido mantida de forma naturalizada, salvo pela insurgência de organizações como o Movimento Negro, políticas públicas de enfrentamento ao racismo e a luta pela ocupação de espaços de poder. A consequência moderna desse processo é a vivência da *guerra silenciosa*. Com essa definição queremos apontar as combinações políticas, econômicas e sociais que advém do passado não resolvido e de um futuro que se coloca incerto para a maioria da população brasileira, formada por pretos e pardos. **(c) As reparações do passado e cancelamento de futuro: o mundo do trabalho na Era digital** - a compreensão

da complexidade da realidade brasileira demanda a observação contundente do passado e as consequências do curto prazo que historicamente marca as narrativas acerca do desenvolvimento nacional. Portanto, dois momentos carecem de uma releitura mais profunda e diferente da visão dominante. O primeiro deles é a reconfiguração brasileira no ciclo político da Nova República desde a década de 1980. Esse momento demarca as bases da economia e a configuração do Mundo do trabalho no Brasil. Os desdobramentos da organização produtiva e das modificações das relações de trabalho a brasileira advém de um ciclo político iniciado na década de 80. Sem uma análise detalhada desse período não será possível compreendermos as narrativas do presente e tampouco descortinar um futuro. Soma-se a esse momento, as transformações do contexto internacional no que tange ao reposicionamento econômico nacional sob hegemonia neoliberal na Divisão Internacional do Trabalho. Na contemporaneidade às discussões acerca da hiperindustrialização dos serviços e recomposição de classes no mundo do trabalho no processo de transformação digital são fundamentais para a interpretação acerca do futuro da sociedade brasileira. O trabalho enquanto forma de sobrevivência e produção de riquezas é uma antiga vertente do capitalismo. Todavia, a produção na Era Digital apresenta características distintas dos processos experimentados, dentre elas destacamos a fragilidade das novas organizações de representação de interesses diante da resistência do modelo tradicional. **(d) A política do ódio e o ódio na política:** a Era Digital inaugura formas importantes das relações políticas. É por meio da interação com a tela que os indivíduos estabelecem novas conexões e possuem o momento oportuno de participar à distância. Embora os estudos apontem os aspectos positivos acerca dessa novidade, queremos destacar a limitação da esfera pública na Era Digital. Trata-se de novas interações sociais que possibilitam a expressão livre e em alguns casos de disseminação de ódio e desinformação. É fundamental compreendermos a política de ódio estabelecida nas redes sociais para avançarmos no entendimento acerca da participação social e das novas formas de organização política. Por isso, interessa-nos discutirmos a Política do entretenimento e do imediatismo a partir das falsas formas de negação da política e a afirmativa da política por meio do ódio. A seleção dessas quatro dimensões permitem avançarmos em análises que extrapolem o curto prazo, categoria marcante, ao discutirmos o futuro da sociedade brasileira. Propomos essas dimensões como bússolas que nos permitem compreender por outro ângulo histórico as condições estruturais que estamos vivenciando na contemporaneidade e que nos demonstram a ausência de um projeto de futuro promissor. Ao mesmo tempo que reconhecemos a necessidade de compreender a nossa história a partir de um olhar mais profundo da Era Digital também enfatizamos que os antecedentes da escravidão, do ciclo da nova República e as profundas mudanças do mundo do trabalho demandam uma discussão que também apresentem pistas para o futuro. Em linhas gerais, esperamos que esse grupo de trabalho constitui um espaço profícuo de discussão acerca da nova realidade brasileira a luz das principais contribuições das Ciências Sociais, num ambiente fraterno, crítico e instigante para o pensamento sobre a realidade brasileira de ontem, hoje e amanhã.

3.2 Participação e atividades afins

Além das publicações mencionadas nas sessões anteriores foram desenvolvidas também a) atividades de assessoria formativa e b) atividades da docência. A partir dos trabalhos desenvolvidos na Assessoria Parlamentar do Deputado Estadual Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, desenvolvi a temática de gênero e raça junto a duzentos e quarenta e nove municípios de Minas Gerais. Dentre as atividades que desempenhei destaco: a formação política; a organização de grupos; o fortalecimento das instituições e organização de Direitos Humanos; o fomento a participação social; a assessoria aos candidatos/candidatas a cargos municipais, mas, muito especialmente, a possibilidade de construir socialmente o saber com esses grupos.

Continuo desenvolvendo as ações políticas em defesa dos Direitos Humanos em duas frentes principais: (a) Visibilidade Negra; (b) Rede de Mulheres. Justamente aplico minha militância aos movimentos sociais e políticos reivindicantes, especialmente da causa dos negros e mulheres, porque ao exercerem o papel reivindicatório das demandas sociais, eles impulsionam novas leis nacionais, estaduais e municipais que visam alterar as relações sociais na direção da igualdade.

A experiência na docência universitária, juntamente com as demais atividades, motivou-me a aprofundar nos estudos sobre a temática para avançar em novas frentes de compreensão. Dentre as quais destaco a importância do Estágio Pós-doutoral para o desenvolvimento de publicações acadêmicas e também a mudança de direcionamento da segunda Graduação Bacharel em Direito que havia iniciado antes do Estágio. Além dos resultados acadêmicos, o Estágio Pós-doutoral foi fundamental para o direcionamento e fortalecimento de minha atuação profissional como professora no Ensino Superior. A partir da pesquisa realizada foi possível trabalhar de forma qualificada o conceito de *Guerras Silenciosas*, principalmente, na Unidade 4 – Seminários temáticos: os desafios da contemporaneidade nas seguintes graduações: Biomedicina, Direito, Educação Física, Filosofia, Jogos Digitais, Medicina, Medicina Veterinária, Psicologia. Outro desdobramento foi o direcionamento do foco profissional para a docência. Atualmente estou cursando a Licenciatura – Ciências Sociais na PUC Minas.

4 RELATO FINAL

O conceito de Guerras Silenciosas caracteriza-se como uma teoria catalisadora de importantes aspectos que conectam as dimensões fundamentais do modo de produção Capitalista aos debates contemporâneos acerca da negritude, principalmente, no que se refere as estratégias de vigilância e eliminação da população negra. Observamos que o conceito de *Guerras Silenciosas* articula de forma instigante os desdobramentos do racismo estrutural, as consequências da Abolição Inacabada e também a constituição de uma subjetividade moldada pela hierarquização racial. Por outro lado, permite-nos adentrar na naturalização da vigilância e eliminação da população negra.

Aliás, o conceito de população, no sentido foucaultiano, foi evocado a partir da provocação da vigência de uma *guerra não bélica, com longo e duradouro alcance, naturalizadora e permanentemente condizente com a lógica capitalista, cujo alvo está histórica e enraizadamente definido*. Dentre as múltiplas possibilidades, a noção de população aponta para um contingente de indivíduos definidos por critérios étnicos, sociais, históricos, culturais e políticos, localizados geograficamente e identificado pela governamentabilidade vigente por suas ameaças e potencialidades. Ao considerarmos a população negra nessa conotação, procuramos também reconhecer as suas estratégias de sobrevivência e enfrentamento, ou, nos termos discutido nas publicações, as trincheiras de enfrentamentos elaborados pelo povo negro.

Além disso, é fundamental recordar que o conceito de *Guerras Silenciosas* descortina uma seara muito importante na contemporaneidade: o uso da tecnologia como forma de controle, punição e aniquilamento das populações indesejadas. O que queremos afirmar com isso é que a seletividade imposta pela tecnologia é uma ferramenta que tem perpetuado de forma silenciosa a violência contra a população negra a partir dos objetivos do *capital*. É importante recordar que as novas tecnologias, utilizando algoritmos e intensa capacidade de preempção, tem ofertado maneiras efetivas de controle e seletividade de grupos socialmente excluídos. O uso das tecnologias tem funcionado como mecanismos configurados para a segurança, a defesa e a proteção da sociedade em detrimento dos potenciais grupos de perigo.

Todavia, cabe questionar quais são os critérios de definição do *inimigo*? Quem são os grupos previamente suspeitos numa sociedade que vincula o poder potencial de ameaça a população negra? Com quais lógicas os elaboradores dos modelos operaram? Essas questões são alguns dos desdobramentos que o Estágio Pós-doutoral suscitou e demandam maiores investigações. Podemos afirmar que na atualidade as *Guerras Silenciosas* estão numa fase de

sofisticação de controle e extermínio, condizentes com os objetivos do capitalismo de vigilância. Nesse sentido, o uso da tecnologia configura um mecanismo natural de destruição dos alvos suspeitos, de direcionamento sobre os inimigos em potencial e de seletividade de corpos no tempo e no espaço (seja virtual ou físico). Esperamos com isso, suscitar novas investigações resultando em publicações, debates e exposições acerca do tema.

Em linhas gerais, a estrutura organizativa desse relatório teve como objetivo principal explicitar o alcance que o Estágio Pós-doutoral teve na continuidade de minha formação profissional, acadêmica e principalmente no processo de ressignificação de uma pesquisadora negra. Essa oportunidade significou um importante passo em minha caminhada acadêmica. Reitero os agradecimentos ao supervisor e professor Héctor Luís Saint– Pierre pela valiosa oportunidade de construção desse processo formativo. Certamente, a chegada até aqui inaugura outro ponto de partida. De modo especial na continuidade da pesquisa e da práxis relacionada a essa temática vital e transformadora. Apresento esse relatório num momento histórico doloroso para a população negra. Aconteceu recentemente a mais letal chacina na história do Rio de Janeiro. Concluo esse trabalho com a dolorosa constatação de que as hipóteses elencadas se confirmam e reafirmam empiricamente na atual conjuntura. Especificamente, em publicações, as trincheiras de enfrentamentos elaborados pelo povo negro.

Além disso, é fundamental recordar que o conceito de *Guerras Silenciosas* descortina uma seara muito importante na contemporaneidade: o uso da tecnologia como forma de controle, punição e aniquilamento das populações indesejadas. O que queremos afirmar com isso é que a seletividade imposta pela tecnologia é uma ferramenta que tem perpetuado de forma silenciosa a violência contra a população negra a partir dos objetivos do *capital*. É importante recordar que as novas tecnologias, utilizando algoritmos e intensa capacidade de preempção, tem ofertado maneiras efetivas de controle e seletividade de grupos socialmente excluídos. O uso das tecnologias tem funcionado como mecanismos configurados para a segurança, a defesa e a proteção da sociedade em detrimento dos potenciais grupos de perigo.

Todavia, cabe questionar quais são os critérios de definição do *inimigo*? Quem são os grupos previamente suspeitos numa sociedade que vincula o poder potencial de ameaça a população negra? Com quais lógicas os elaboradores dos modelos operaram? Essas questões são alguns dos desdobramentos que o Estágio Pós-doutoral suscitou e demandam maiores investigações. Podemos afirmar que na atualidade as *Guerras Silenciosas* estão numa fase de sofisticação de controle e extermínio, condizentes com os objetivos do capitalismo de vigilância. Nesse sentido, o uso da tecnologia configura um mecanismo natural de destruição

dos alvos suspeitos, de direcionamento sobre os inimigos em potencial e de seletividade de corpos no tempo e no espaço (seja virtual ou físico). Esperamos com isso, suscitar novas investigações resultando em publicações, debates e exposições acerca do tema.

Em linhas gerais, a estrutura organizativa desse relatório teve como objetivo principal explicitar o alcance que o Estágio Pós-doutoral teve na continuidade de minha formação profissional, acadêmica e principalmente no processo de ressignificação de uma pesquisadora negra. Essa oportunidade significou um importante passo em minha caminhada acadêmica. Reitero os agradecimentos ao supervisor e professor Héctor Luís Saint– Pierre pela valiosa oportunidade de construção desse processo formativo. Certamente, a chegada até aqui inaugura outro ponto de partida. De modo especial na continuidade da pesquisa e da práxis relacionada a essa temática vital e transformadora. Apresento esse relatório num momento histórico doloroso para a população negra. Aconteceu recentemente a mais letal chacina na história do Rio de Janeiro. Concluo esse trabalho com a dolorosa constatação de que as hipóteses elencadas se confirmam e reafirmam empiricamente na atual conjuntura. Especificamente, em relação a segurança pública as Guerras Silenciosas, enquanto conceito catalisador, assume maior relevância.

Referências

ALLIEZ, Eric; LAZZARATO, Mauricio. **Guerras e Capital**. Tradução de Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: UBU Editora, 2021. (Coleção Explosante).

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitores: determinantes da sub-representação dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 121-151, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/fnzjjpV7bQgZ7fjv8rPC4yc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: **Portal Geledés**, 2013. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Movimento negro no Brasil: novos e velhos desafios. **Caderno CRH**, Salvador, n. 36, p. 209-215, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rh/article/viewFile/18633/12007>. Acesso em: 01 dez. 2021.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CUNHA JR., Henrique. **Textos para o movimento negro**. São Paulo: Edicon, 1992.

DAVIS, Angela Yvonne. **Estão as prisões obsoletas?** São Paulo: Difel, 2018.

DAVIS, Angela Yvonne. **Women, Race and Class**. Nova York: Random House, 1981.

DIEESE. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FIOCRUZ. **Negros são os que mais morrem por Covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), 2021. Podcast. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em: 01 abr. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Organização de Manoel Barros da Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos & Escritos, IV).

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMES, Nilma Lino (org.). **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Saberes das lutas do Movimento Negro Educador**. Petrópolis: Vozes, 2022.

GONZALEZ, Lélia. Categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-81, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HAN, Byung-Chul. **O que afasta pretos e pardos da representação política?** Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, n. 61, p. 125-142, mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/cjdqGh6Hv6rZ3SQndZnXfFF/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 30 jan. 2023.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da Violência**. Petrópolis: Vozes, 2017.

IBGE. **População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021**. Agência de Notícias, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 04 fev. 2023.

MAGGIE, Yvonne. "Aqueles a quem foi negada a cor do dia": as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996. p. 225-234. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/djnty/pdf/maio-9788575415177-15.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

MARIUTTI, Eduardo Barros. A “virada cibernética”: capitalismo, informação e direitos de propriedade. **Texto para Discussão**, Campinas: Unicamp, n. 390, p. 01-09, ago. 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD390.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2023.

MARIUTTI, Eduardo Barros. As máquinas de visão: automação da percepção, vigilância preditiva e controle social. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 81-96, abr. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: seguido de Sobre el gobierno privado indirecto. Tradução de Elisabeth Falomir Archambault. Espanha: Editora Melusina, 2006.

MOURA, Roudom Ferreira de. **Saúde de idosos negros no município de São Paulo é pior que a de idosos brancos, aponta estudo**. Jornal da USP, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/saude-de-idosos-negros-no-municipio-de-sao-paulo-e-pior-que-a-de-idosos-brancos-aponta-estudo/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NOTÍCIA PRETA. **70% das pessoas que passam fome no Brasil são negras, aponta estudo.** 2023. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/70-das-pessoas-que-passam-fome-no-brasil-sao-negras-aponta-estudo/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. **Revista USP**, São Paulo, n. 40, p. 122-137, dez./fev. 1998-1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28427>. Acesso em: 02 abr. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

REIS, Fábila; FERREIRA, Ailton. Pandemia, racismo estrutural e o desgoverno fascista: depois do inverno, vem a primavera. *In*: GOMES, Nilma Lino; TEODORO, Cristina (orgs.). **Caderno igualdade racial.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. **A política armada: fundamentos da guerra revolucionária.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. A mentalidade militar é a de uma criança brincando com brinquedos perigosíssimos. [Entrevista cedida a] Pedro Marin e Rebeca Ávila. **Revista Ópera**, 02 out. 2021. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2021/10/02/hector-saint-pierre-a-mentalidade-militar-e-a-de-uma-crianca-brincando-com-brinquedos-perigosissimos/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

SANTOS, José Rufino. Movimento Negro e crise brasileira. *In*: SANTOS, José Rufino; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras.** Brasília: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 1994. p. 157.